



OGE  
2709

**GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO  
OUVIDORIA GERAL DO ESTADO  
CONSELHO DE TRANSPARÊNCIA DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA**

**ATA DA 58ª REUNIÃO DO CONSELHO DE TRANSPARÊNCIA DA  
ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, REALIZADA EM 28 DE JUNHO DE 2017.**

No dia 28 de Junho de 2017, às 10h00, na sala de reunião do Arquivo Público do Estado de São Paulo, sito à Rua Voluntários da Pátria, 596 – 1º andar – sala 49, foi realizada a 58ª reunião do Conselho de Transparência da Administração Pública.

**ABERTURA – DRA. EUNICE PRUDENTE**

A presidente iniciou a sessão agradecendo a presença dos senhores conselheiros, e cumprimentando os aniversariantes do mês de junho, Dra. MARIA INÊS FORNAZARO, Ouvidora Geral Adjunta e o conselheiro, Dr. JURACY LUSTOSA CABRAL NETO, representante da Secretaria de Planejamento e Gestão. Em seguida, cumprimentou em nome da Ouvidoria Geral do Estado, o Dr. IGOR BLUMER MARANGONE, diretor técnico do Centro de Assistência aos Municípios, integrante do DGSAESP Departamento de Gestão do Sistema de Arquivo Público do Estado de São Paulo e a Dra. CAROLINE BURLE da equipe W3C Brasil, entidade representante da sociedade civil no Conselho de Transparência. Prosseguindo a presidente encaminhou aos presentes solicitação do Dr. LUCIANO CAPARROZ PEREIRA DOS SANTOS, representante da Ordem dos Advogados do Brasil – Seção São Paulo, que justificou sua ausência por motivos profissionais, e solicitou análise pelo Conselho de publicação (Folha de São Paulo, em 21/junho/2017) sobre dados da renúncia fiscal de 2016, cobrados ao Governo de São Paulo, pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo - TCE, conforme a jornalista Gabriela Sá Pessoa:

*“E cobra que o governo dê transparência ao valor de arrecadação de que abre mão, por quanto tempo e a quem estende o benefício e, por fim, explique qual será a compensação pela perda de receita de impostos como o IPVA e o ICMS.”*

*Em resposta na mesma reportagem, esclarece o governo do Estado de São Paulo:*

*“Em nota, o governo de São Paulo disse que o site da Secretaria da Fazenda publica a lista de “todas as isenções de ICMS previstas no regulamento” do imposto. O governo afirma que, na área de “acesso à informação” do site, há uma área sobre “tributos, legislação, benefícios e indicadores”, em que consta um link para “benefícios em vigor”, disse a nota.”*

Esclareceu a conselheira presidente que ao receber a mencionada mensagem reuniu-se com o Ouvidor Geral do Estado, Dr. Gustavo Ungaro e colegas da OGE. Após análise da matéria e pesquisa no Portal da Transparência do Estado de São Paulo, concluiu-se que os mencionados dados, lá se encontram publicizados. Mas reconheceu-se que as informações



27/20

**GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO  
OUVIDORIA GERAL DO ESTADO  
CONSELHO DE TRANSPARÊNCIA DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA**

poderiam ser postadas de forma mais simplificada e objetiva, favorecendo a visualização e compreensão pelos cidadãos. Sendo este o principal objetivo do Portal da Transparência do Estado de São Paulo, caberá à Ouvidoria Geral do Estado, através do Comitê Gestor do Portal da Transparência, presidido pela Dra. MANUELLA SOARES RAMALHO, contatos com a Secretaria de Fazenda e propor as devidas alterações para melhorar o acesso àqueles informes. Seguiram-se questionamentos pelos conselheiros, VAGNER DINIZ e MANOEL GALDINO quanto à transparência de dados fiscais, sendo explicado que neste momento o Portal está sendo refeito e as propostas, ora expressadas serão consideradas. Em atenção à solicitação do Conselho, deverá o Comitê Gestor do Portal apresentar a nova versão antes de publicá-la. Sendo a presente ATA apenas relatório de reunião, os diversos comentários permanecerão disponibilizados no Portal da Transparência na parte referente às reuniões do Conselho da Transparência.

**ATA DAS REUNIÕES ANTERIORES**

As ATAS das últimas reuniões, realizadas respectivamente dia 26 de abril (56ª) e 31 de maio de 2017 (57ª), já foram encaminhadas aos conselheiros. Submetidas à apreciação nessa sessão, foram aprovadas por unanimidade.

**GRUPO DE TRABALHO - Transparência e Segurança**

**Notícias das reuniões realizadas dias 06 e 26 de junho de 2017**

Em sequência a Dra. ANDREA MARIA MUSTAFÁ MOYSÉS, assessora da OGE e secretária do GT, relatou os feitos da reunião de 06 de junho, ocasião em que foi apresentado e analisado o portal da Fundação CASA – Centro de Atendimento Socioeducativo ao Adolescente, e a despeito dos diversos dados organizados, com mapas georreferenciados, boletins estatísticos semanalmente atualizados, dados de transparência das organizações sociais que atuam com a fundação, organogramas, etc, observou a OGE presente que os dados devem ser disponibilizados em formato aberto.

Notou-se também a necessidade de aumentar os níveis de integração entre os sistemas de dados da Fundação CASA e a Secretaria de Administração Penitenciária – SAP, facilitando análise e entendimento dos dados. Após discussões, solicitou o GT que o Conselho de Transparência recomendasse aos gestores Fundação CASA e SAP a verificação de possíveis integrações de dados. Também na mesma sessão do GT foi apreciado o Relatório Parcial do



OGE  
2721

**GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO  
OUVIDORIA GERAL DO ESTADO  
CONSELHO DE TRANSPARÊNCIA DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA**

Eixo 1 de discussões do GT sobre Informações Pessoais, elaborado pela OGE. O objetivo foi consolidar as discussões do GT até este estágio. O Eixo 2, a ser iniciado em agosto refere-se às questões de sigilo, concluído este, será elaborado Relatório final a ser entregue ao Conselho de Transparência.

**MAPA PAULISTA DA GESTÃO DOCUMENTAL E ACESSO À INFORMAÇÃO**

**Parceria do Arquivo Público do Estado de São Paulo, Ministério Público do Estado de São Paulo, Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo e Tribunal de Contas do Estado do São Paulo**

Dr. IGOR BLUMER MARANGONE lembrou aos presentes a imprescindibilidade do tratamento técnico e científico à documentação administrativa para a preservação do patrimônio público com atuação ética da administração e qualidade na prestação de serviços públicos. Expôs ao colegiado a situação atual da política de gestão documental desenvolvida pelos municípios paulistas, bem como a atuação do Arquivo Público, através do Centro de Assistência aos Municípios, na orientação e ensino para uma gestão documental eficiente. A orientação técnica para os governos municipais consistiu: a) na implementação de políticas municipais de arquivo, gestão documental e acesso; b) instituição de Arquivos Públicos Municipais; c) regulamentação da Lei de Acesso à Informação; d) realização de encontros regionais, cursos, palestras, seminários e treinamentos para os agentes públicos municipais; e) atuação junto às autoridades municipais. Idealizado em 2010, o Mapa Paulista de Gestão Documental E Acesso à Informação está disponível para consulta no site do Arquivo Público, além de integrar a presente ATA. A ferramenta permite verificar quantos e quais municípios possuem um Arquivo Público instituído, além de oferecer informações sobre instrumentos de gestão documental e regulamentação da Lei de acesso à Informação – LAI.

**PROJETO ÉTICA PARA JOVENS**

**Seminário: O Papel da Escola na formação do Jovem**

Trata-se de projeto do Instituto Brasileiro de Ética Concorrencial – ETCO sob a presidência do conselheiro, EDSON LUIZ VISMONA, ausente nesta sessão, por motivo de viagem profissional. Pela presidente foi explicado que o projeto pretende ajudar professores de todo o Brasil a cuidar do item ética com o alunado. Publicação que passa a integrar esta ATA esclarece o pensamento do ETCO: “A ética é a base do convívio social. Para construir um



OGE  
2922

**GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO  
OUVIDORIA GERAL DO ESTADO  
CONSELHO DE TRANSPARÊNCIA DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA**

Brasil forte e justo que todos queremos, precisamos reforçar as bases éticas da nossa sociedade cultivando esse valor nas novas gerações”. Foi desenvolvida uma pesquisa pela Data Folha, cujos resultados foram apresentados à sociedade e à imprensa. Em 19 de junho foi apresentado um seminário “O Papel da Escola na Formação do Jovem”, uma parceria do ETCO com a Secretaria da Educação e a Ouvidoria Geral do Estado. No evento com participação de especialistas, professores e jovens lideranças houve ampla discussão dos dados da pesquisa, conforme site [www.eticaparajovens.com.br](http://www.eticaparajovens.com.br) bem como propostas para desenvolver questões éticas nas diversas disciplinas dos currículos escolares. Palestraram, o Dr. FRANCISCO JOSE CARBONARI, Secretário Adjunto da Educação, Dr. GUSTAVO UNGARO, Ouvidor Geral do Estado, Professor ADRIANO JOSE MARANGONI, representante da Escola de Aperfeiçoamento e Gestão de Professores – EFAP e os conselheiros, Dr. EDSON LUIZ VISMONA, Dra. DENISE AUAD e Dra. EUNICE PRUDENTE.

**ESTUDOS SOBRE O SITE DA SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO  
PENITENCIÁRIA - SAP**

Dra. MARIANA NOEMI PINA DE BRANGER representante da SAP. Relatou aos presentes que integrando o GT Transparência e Segurança apresentou o site SAP EM DADOS recebendo muitas sugestões e observações no GT., com o objetivo de tornar mais transparente as atividades e gestão da SAP. Para tanto os dados devem ser apresentados de forma simples, objetiva e informativa. Organizou reuniões com profissionais da SAP e a OGE, inclusive com a participação da analista de sistema sênior, HELENA PCHEVUZINSKE. Assim após estudos e sugestões apresenta os dados da SAP com nova configuração, com vista à melhor visualização e mais fácil navegação. Mas com algumas propostas a serem acrescentadas, ou seja, 1. Orçamento da Secretaria; 2. Custo do preso; 3. Faixa etária; 4. Étnica; 5. Presos estrangeiros; 6. Gastos com escola; 7. População carcerária total e 8. Presos x delitos 2016. Os conselheiros elogiaram as providências tomadas no âmbito da SAP e propuseram fosse recomendado à SAP o aperfeiçoamento do site com estas novas propostas.



2923

**GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO  
OUVIDORIA GERAL DO ESTADO  
CONSELHO DE TRANSPARÊNCIA DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA**

**ATENÇÃO AOS DADOS ABERTOS**

O conselheiro VAGNER DINIZ e a Dra. CAROLINE BURLE representantes do Consórcio W3C iniciaram sua exposição sobre DADOS ABERTOS, abordando aspectos conceituais e históricos de atuações do governo do Estado de São Paulo com a empresa em torno da experiência do Reino Unido, Programa SPUK. Prosseguiram partindo de três eixos: Disponibilidade e acesso; Reutilização e redistribuição e Participação universal, ou seja,

*“Se o dado não pode ser encontrado ou indexado na Web, ele não existe; Se o dado não está disponível num formato aberto e legível por máquina, ele não pode ser reutilizado; Se dispositivos legais não permitem que seja compartilhado, ele não é útil.”*

A seguir discorreram sobre as diversas etapas do “Ciclo de Vida dos Dados da Web”, desde a escolha dos dados a serem publicados, depois sobre a “extração dos dados das fontes originais”, a “transformação dos dados” e a “criação de metadados”. Explicaram a seguir, “quando os dados e os metadados são disponibilizados por meio de catálogos, APIS, etc”. Quanto aos consumidores, analisaram as possibilidades de recebimento, uso e reuso dos dados, inclusive com a criação de novos dados, a partir do cruzamento dos mesmos. Finalizando com as possibilidades de feedback pelos consumidores sobre os dados e metadados, quando, no caso os governantes poderão manter os mesmos dados, corrigi-los e ou atualizá-los. E a classificação em estrelas, pois “quanto mais estrelas, mais facilmente os dados serão encontrados e reutilizados”. Complementaram com análises com Relatório sobre o Governo Aberto SP de 2017 e Casos Práticos - SPUK. Após responderem questionamentos dos conselheiros, os expositores foram cumprimentados pela excelente contribuição à cultura da transparência. Apresentaram e foram aprovadas pelo Conselho de Transparência as seguintes propostas a serem encaminhadas ao Governo do Estado de São Paulo:

*“Elaborar e publicar decreto do Governador determinando a construção de Planos de Dados Abertos para cada órgão do Governo; Disponibilizar os relatórios sobre a catalogação e uso de banco de dados dos órgãos governamentais no site <http://www.governoaberto.sp.gov.br/>. Fazer encontros com os gestores responsáveis pelas bases de dados governamentais para sensibilizá-los e capacitá-los sobre o tema; Fazer encontros para participação – considerando o conceito de Governo Aberto - de organizações da sociedade civil”.*

A presente intervenção da W3C passa a integrar a presente ATA.



2724

**GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**OUVIDORIA GERAL DO ESTADO**  
**CONSELHO DE TRANSPARÊNCIA DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA**

**PRÓXIMA REUNIÃO**

A próxima reunião será dia 26 de julho de 2017, quarta-feira, às 10 horas.

Liberada a palavras aos presentes e não havendo assuntos pendentes, a sessão foi encerrada.

**CONSELHEIROS**


ANDREA MARIA MUSTAFÁ MOYSÉS   
Secretaria de Governo - Ouvidoria Geral do Estado

DENISE AUAD  
Faculdade de Direito de São Bernardo do Campo


EUNICE APARECIDA DE JESUS PRUDENTE   
Secretaria de Governo - Ouvidoria Geral do Estado

HELENA PCHEVUZINSKE   
Secretaria de Governo - Ouvidoria Geral do Estado

JURACY LUSTOSA CABRAL NETO   
Secretaria de Planejamento e Gestão

LUIZ CORREIA LIMA   
Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo

MANOEL GALDINO PEREIRA NETO  
Transparência Brasil

MARIA EDUARDA RIBEIRO CINTRA   
Defensoria Pública do Estado de São Paulo

MARIA INÊS FORNAZARO  
Secretaria de Governo - Ouvidoria Geral do Estado

MICHEL KURDOGLIAN LUTAIF   
Secretaria de Governo - Ouvidoria Geral do Estado

RENATA CORTE MARTINHO   
Secretaria de Governo - Ouvidoria Geral do Estado

VAGNER DINIZ  
W3C